

[Página inicial](#) / [Meus cursos](#) / [Comando-Geral](#) / [COGER](#)
/ [Curso de Atualização Profissional em Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar - FATD](#) / [Módulo I](#)
/ [Exercício de Aprendizado](#)

Iniciado em quinta, 9 Mai 2024, 22:03

Estado Finalizada

Concluída em quinta, 9 Mai 2024, 22:30

Tempo 27 minutos 20 segundos

empregado

Avaliar **8,23** de um máximo de 10,00(82%)



Sobre os Princípio da Administração Pública, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

a.



A publicidade consiste na divulgação oficial do ato administrativo para conhecimento público e início de seus efeitos. Por este motivo, devem ser publicados o despacho que determina a instauração do FATD, a decisão da autoridade disciplinar sobre o caso, a nota de punição e qualquer outro ato administrativo relacionado, como decisões de recursos disciplinares.

b.



O princípio da moralidade está ligado à distinção entre o legal e ilegal, justo e injusto, conveniente e inconveniente e entre o honesto e desonesto. O militar estadual deve nortear sua conduta naquilo que está em conformidade com a ética institucional, visando o bem comum.

c.



O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.

d.



O Princípio da Legalidade é aquele que obriga o administrador público a atuar conforme as normativas legais, estas relacionadas e determinadas de acordo com as exigências do bem comum. Quando atua em desconformidade com estas, pode estar sujeito a responsabilização administrativa disciplinar, civil e criminal.

e.

O Princípio da Impessoalidade é relacionado ao processo administrativo disciplinar que deve ser instaurado de modo a atender o interesse público e institucional. Portanto, pode a autoridade com competência disciplinar instaurar um FATD para satisfazer interesse próprio ou de terceiros.

f.



Os princípios da Administração Pública estão previstos na Constituição Federal, em seu art. 37, e sua observação é fundamental na elaboração de um Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Os princípios da Administração Pública estão previstos na Constituição Federal, em seu art. 37, e sua observação é fundamental na elaboração de um Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar., O Princípio da Legalidade é aquele que obriga o administrador público a atuar conforme as normativas legais, estas relacionadas



e determinadas de acordo com as exigências do bem comum. Quando atua em desconformidade com estas, pode estar sujeito a responsabilização administrativa disciplinar, civil e criminal. ,

O princípio da moralidade está ligado à distinção entre o legal e ilegal, justo e injusto, conveniente e inconveniente e entre o honesto e desonesto. O militar estadual deve nortear sua conduta naquilo que está em conformidade com a ética institucional, visando o bem comum.,

A publicidade consiste na divulgação oficial do ato administrativo para conhecimento público e início de seus efeitos. Por este motivo, devem ser publicados o despacho que determina a instauração do FATD, a decisão da autoridade disciplinar sobre o caso, a nota de punição e qualquer outro ato administrativo relacionado, como decisões de recursos disciplinares.,

O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.



Sobre os Princípio do Processo Administrativo Disciplinar, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. O Princípio da Celeridade é aquele em que o processo administrativo deve ser realizado dentro do prazo razoável e dentro do prazo estabelecido, garantindo a apuração célere do ocorrido, de modo a possibilitar à Administração Castrense se manifestar de maneira concreta sobre o assunto e assim não perder o caráter educativo da eventual punição. ✓
- b. Do Princípio da Motivação decorre a obrigação do comandante, chefe ou diretor deixar bem claro quais foram os elementos de prova e as razões que o levaram a decidir pela responsabilidade disciplinar do acusado, para determinar a gravidade do praticado e estabelecer a punição merecida. ✓
- c. Em razão do Princípio do Formalismo Moderado não faz diferença se o acusado diz que não tem interesse em apresentar razões de defesa e esta informação é transcrita em uma certidão assinada pelo interessado ou se ele a redige de próprio punho em um formulário. O que interessa é a manifestação legítima de que lhe foi oportunizado tal meio de defesa e houve o desinteresse espontâneo. ✓
- d. O princípio do Formalismo Moderado deve prever a realização de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança e respeito ao contraditório e à ampla defesa.
- e. O Princípio da verdade real decorre da obrigação imposta à Administração produzir provas, atuando de ofício ou mediante provocação, de modo a formar sua convicção sobre a realidade fática em apuração. ✓

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 4.

As respostas corretas são:

O princípio do Formalismo Moderado deve prever a realização de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança e respeito ao contraditório e à ampla defesa.,

Em razão do Princípio do Formalismo Moderado não faz diferença se o acusado diz que não tem interesse em apresentar razões de defesa e esta informação é transcrita em uma certidão assinada pelo interessado ou se ele a redige de próprio punho em um formulário. O que interessa é a manifestação legítima de que lhe foi oportunizado tal meio de defesa e houve o desinteresse espontâneo.,

O Princípio da Celeridade é aquele em que o processo administrativo deve ser realizado dentro do prazo razoável e dentro do prazo estabelecido, garantindo a apuração célere do ocorrido, de modo a possibilitar à Administração Castrense se manifestar de maneira concreta sobre o assunto e assim não perder o caráter educativo da eventual punição.,

Do Princípio da Motivação decorre a obrigação do comandante, chefe ou diretor deixar bem claro quais foram os elementos de prova e as razões que o levaram a decidir pela responsabilidade disciplinar do acusado, para determinar a gravidade do praticado e estabelecer a punição merecida.,

O Princípio da verdade real decorre da obrigação imposta à Administração produzir provas, atuando de ofício ou mediante provocação, de modo a formar sua convicção sobre a realidade fática em apuração.

Questão **3**

Parcialmente
correto

Atingiu 0,83 de
2,00

Sobre o Prazo do FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. A autoridade disciplinar deve decidir sobre a apuração disciplinar em até 30 dias úteis, contados a partir da instauração, quando houver motivo para prorrogação de prazo devidamente justificado. ✔
- b. Consideram-se dias úteis aqueles compreendidos no período de segunda à sábado, excetuados os feriados militares e os reconhecidos pela União, pelo Estado e pelos Municípios. ✘
- c. Pode-se considerar o Prazo do FATD como 30 dias úteis para decisão do FATD, incluindo nesse prazo a Decisão da Autoridade Disciplinar.
- d. O prazo para elaboração do FATD é aquele previsto no art. 20 da Portaria do Comando-Geral nº 339/2006. ✔

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 2.

As respostas corretas são:

O prazo para elaboração do FATD é aquele previsto no art. 20 da Portaria do Comando-Geral nº 339/2006., A autoridade disciplinar deve decidir sobre a apuração disciplinar em até 30 dias úteis, contados a partir da instauração, quando houver motivo para prorrogação de prazo devidamente justificado. , Pode-se considerar o Prazo do FATD como 30 dias úteis para decisão do FATD, incluindo nesse prazo a Decisão da Autoridade Disciplinar.



Sobre o Princípio da Ampla Defesa e Contraditório, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

 a.

Do ato produzido pelo encarregado do FATD não caberá direito ao acusado dele participar, apresentar outra versão que lhe convenha ou, ainda, não poderá fornecer uma interpretação dos fatos diversa daquela feita pela acusação.

 b. ✔

Deve ser assegurado ao militar estadual o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de advogado/defensor, arrolar e participar da inquirição de testemunhas, produzir provas e contraprovas, bem como formular quesitos quando se tratar de prova pericial.

 c. ✔

O **princípio do contraditório**, que é inerente ao direito de defesa, é decorrente da bilateralidade do processo: quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra, dando-se-lhe **oportunidade de resposta**. Ele supõe o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação.

 d. ✔

O militar acusado em FATD tem o direito de saber quais são os fatos que lhe foram imputados como transgressão disciplinar, quais os elementos que lhe atribuem a autoria, quais as provas que já existem e as que devem ser produzidas. Ciente de tudo, deve ter a oportunidade de contrapor as acusações e produzir provas em seu favor.

 e. ✔

Previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, faculta ao acusado, durante toda a instrução processual, acompanhar o processo. Assim, efetivamente deve lhe ser garantido participar dos atos produzidos e possibilitar-lhe a utilização de todos os meios de defesa admitidos pelo ordenamento jurídico.

 f. ✔

A ampla defesa fornece aos acusados em geral o amparo necessário para que levem ao processo (...) os argumentos necessários para **esclarecer a verdade**, ou, se for o caso, facultar-lhes calar-se, não produzindo provas contra si mesmos.

Sua resposta está correta.



Por isso, por exemplo, é fundamental que o Encarregado informe ao Acusado a data, horário e local das oitivas dos acusadores/ofendidos e testemunhas com antecedência suficiente que lhe permita, caso queira, se fazer presente (mínimo 48h). Da mesma forma, sobre eventual produção de provas das quais o acusado possa participar de alguma maneira.

As respostas corretas são: Previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, faculta ao acusado, durante toda a instrução processual, acompanhar o processo. Assim, efetivamente deve lhe ser garantido participar dos atos produzidos e possibilitar-lhe a utilização de todos os meios de defesa admitidos pelo ordenamento jurídico. ,

O militar acusado em FATD tem o direito de saber quais são os fatos que lhe foram imputados como transgressão disciplinar, quais os elementos que lhe atribuem a autoria, quais as provas que já existem e as que devem ser produzidas. Ciente de tudo, deve ter a oportunidade de contrapor as acusações e produzir provas em seu favor.,

Deve ser assegurado ao militar estadual o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de advogado/defensor, arrolar e participar da inquirição de testemunhas, produzir provas e contraprovas, bem como formular quesitos quando se tratar de prova pericial.,

A ampla defesa fornece aos acusados em geral o amparo necessário para que levem ao processo (...) os argumentos necessários para **esclarecer a verdade**, ou, se for o caso, faculta-lhes calar-se, não produzindo provas contra si mesmos.,

O **princípio do contraditório**, que é inerente ao direito de defesa, é decorrente da bilateralidade do processo: quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra, dando-se-lhe **oportunidade de resposta**. Ele supõe o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação.

◀ AULA 4 - Mecanismos de consulta e como sanar dúvidas

Seguir para...

Material Complementar ▶

